

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA

VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.-----------Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária sob a presidência do Presidente da Mesa, Raul Jorge Fernandes da Cunha, Segundo Secretário, Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeira, e dada a ausência do Primeiro Secretário, foi convidado Ricardo Jorge Alves Fernandes. O Presidente da Mesa começou por informar que pediram a sua substituição os seguintes membros: José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo PS, Maria Mercedes Mendez y Pardo e Filipa Sofia Guedes Faria, ambas eleitas pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre", Sofia Daniela Rodrigues Pereira, eleita pelo PSD/PPD e Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo Partido Chega. Solicitaram, ainda, a sua substituição, nesta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pelo seu Secretário e o Presidente da Junta de Freguesia de Medelo, pelo seu Tesoureiro. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Por se encontrarem na sala tomaram, ainda, posse os deputados Pedro Nuno Bastos Freitas e Carlos José Santos Cunha. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e nove membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando eram dezoito horas e trinta minutos.-----------O Presidente da Mesa começou por fazer um voto para que as reuniões continuassem a decorrer de forma democrática. Informou que dado não existir um regimento aprovado, para este mandato, em reunião de líderes decidiu-se que se mantinha o anterior até o novo ficar concluído. Informou, ainda que seria criada uma Comissão de Análise para a sua apreciação. Solicitou à Assembleia para ser retirada da Ordem de Trabalhos o Ponto 2.12, uma vez que a lei tinha mudado e entraria em vigor em janeiro. De seguida, procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, consultassem.----------Entrou-se no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.------ Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Costa, destacado militante e dirigente comunista, tendo procedido à sua leitura Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pela Coligação PCP-PEV. Colocado à votação, foi Aprovado, por unanimidade.----



Maria Maria

-----Seguiu-se o **período de intervenções**.-----

-----Seguiu-se a intervenção de Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, eleito pelo PS, começando por dizer que ao serem eleitos foi-lhes dada a responsabilidade de lutar pela elevação do concelho e pelas melhorias das condições da sua população. Referiu que é nesse sentido que o Partido Socialista concentra o seu trabalho, elencando algumas iniciativas nas mais variadas áreas, quer a nível nacional, quer a nível local. Reforçou que a nível local o melhoramento efetuado no Bairro da Cumieira, a melhoria da habitação de famílias carenciadas, investimento na educação e na saúde em tempo de pandemia são algumas medidas levadas a cabo pelo Partido



nbito da

Socialista. Terminou a sua intervenção colando duas questões. A primeira no âmbito da solidariedade social quis saber o que está previsto para o Bairro da Cumieira. A segunda, a nível da saúde, relativa às extensões de saúde das freguesias, nomeadamente, de Travassós e Regadas questionou qual o ponto de situação, de forma a clarificar as notícias que têm sido veiculadas na comunicação social.-----------Pediu a palavra Pedro Nuno Bastos Freitas eleito pela lista de Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre" para relembrar ao executivo duas situações que continuavam por resolver. Uma referente à iluminação no centro da cidade que, na sua opinião, é fraca. A outra relativa à supressão do passeio no Parque da Cidade , junto à Escola de Trânsito, quis saber se irá ser colocado novamente dado que faz falta aos peões que lá passam.----------De seguida usou da palavra José Manuel Martins Ribeiro, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre" que, depois de saudar todos os eleitos referiu que estará na Assembleia em representação daqueles que o elegeram e que consideram que ainda pode ser útil na política em Fafe. Nessa perspetiva, referiu que irá cumprir o mandato, com o seu Grupo Parlamentar, com responsabilidade e ajudar para que as políticas municipais melhorem. Referiu que o seu Grupo Parlamentar será solidário e leal por considerar que o combate político deve ser feito com valores e lealdade, com vista ao desenvolvimento do concelho e das suas populações. Lembrou o seu discurso de tomada de posse e o desafio que lançou a todos os eleitos para que contribuíssem, neste mandato, com ações, trabalho e exemplo para que mais pessoas se interessassem pela política. Reiterou o desafio a todos os eleitos e, em especial, ao Presidente da Assembleia e, em particular ao Presidente da Câmara e Vereação. Referiu que o Presidente da Câmara elegeu para este mandato a transparência e, tal como ele, considerou que deve ser por este valor que se deve pautar este mandato. Considerou, contudo, haver necessidade de uma reforma nos procedimentos e processos bem como, no funcionamento da Câmara para que se possa alcançar esse objetivo, de maior transparência. Por fim , apelou para uma nova e melhor relação entre o órgão executivo e o órgão Assembleia Municipal, que sendo um órgão fiscalizador deverá ter conhecimento da atividade municipal. Considerou uma falta de respeito, os membros da Assembleia, terem conhecimento da atividade





municipal pelos órgãos de comunicação ou, simplesmente, não ter conhecimento da mesma. Nesta sequência, solicitou ao Presidente da Câmara para prestar informações, aos membros da Assembleia, sobre a situação do processo do espetáculo do cantor Carlos Pires e, exortou a todos os membros para que, de forma positiva, contribuíssem para que, no fim do mandato, o saldo seja mais positivo do que o anterior.-----------Seguiu-se a intervenção de Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pela Coligação PCP-PEV começou a sua intervenção referindo que o executivo aprovou o tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos para o ano de 2022 e que o mesmo teve um um aumento de 20%, no corrente ano, e que terá um aumento de 22% para o ano de 2022, e que este aumento foi assumido pelo Município, com o argumento de não sobrecarregar as famílias neste período pandémico. Referiu que a taxa de gestão resíduos teve um aumento de 100%, em relação a 2021, que segundo o município será para melhorar a eficiência do sistema e fazer pressão no Estado Central para que possa dar apoios e, ainda, sensibilizar os cidadãos para a separação do lixo, uma vez que a taxa de gestão de resíduos é aplicada nos resíduos depositados em aterro. Continuou a sua intervenção dizendo que a Resinorte, empresa que trata os resíduos do nosso Município, é a concessionária do Sistema Norte-Central, onde está integrado o Município de Fafe, entre outros, sendo desde 28 de julho de 2015, uma empresa de capitais maioritariamente privados e, como tal, não está disposta a diminuir a margem de lucros e que irá, no futuro, continuar a aumentar a fatura, em prejuízo dos utentes que são quem pagam. Concluiu referindo que o recurso a privados, para assegurar funções que deveriam ser prestadas por entidades públicas, penaliza os utentes, que muitas vezes têm um serviço pior e mais caro. Abordou também a questão da sinalização e estacionamento da Rua dos Bombeiros referindo que no início da rua, junto à Avenida do Brasil, existe um sinal de proibição de parar, com uma placa de exceto à Quarta-feira das 08.00 horas às 18.00 horas e a meio da rua, em frente à rua de Luxemburgo, na entrada para a feira e saída da Praceta 1º de Maio, existem outros sinais de proibição de paragem, mas sem a placa de exceção e que tem originado diversas queixas de pessoas que não se apercebem que, no segundo sinal não há exceção e que, por isso, são multadas. Sugeriu que seja sinalizada aquela zona com uma linha amarela, para reforçar a proibição de estacionar. Referiu, ainda,





que existe um caso idêntico na Avenida do Brasil, em frente ao campo de ginástica da Escola Secundária, sinal sem a placa de exceção. Colocou, ainda, outra questão relacionada com a estrada de acesso à zona industrial, da rotunda da Cepsa, referindo que nos dois sentidos existem buracos na estrada, com nascente de água que se espalha, tornando-a perigosa seja pelos buracos ou porque, no inverno, se forma gelo.------De seguida usou da palavra Anabela Cunha Martins, eleita pelo PS, para felicitar todos os que tomaram posse, desejando que neste mandato possam ter o seu melhor desempenho em prol do desenvolvimento do concelho.----------Usou da palavra Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre" que, para além de felicitar todos os eleitos quis,em particular felicitar o executivo pela presença de todos de uma forma assídua. Continuou a sua intervenção, para abordar três pontos: Relativamente ao primeiro, questionou o executivo sobre o funcionamento e gestão dos campos de ténis. Quis saber se já existe regulamento para o funcionamento e, se existe algum protocolo com o Clube que está a gerir e quais os seus termos. Quis, ainda, saber a situação da criação dos Campos de Padel, também, quanto à gestão e seu funcionamento. A segunda questão colocada foi sobre a divulgação das atividades do concelho, fazendo uma critica ao executivo pela inexistência de divulgação de algumas atividades, dando como exemplo o festival 4820, que não teve qualquer divulgação por parte do município. Por fim, quis saber se Presidente vai alterar o passadiço na Barragem de Queimadela, no seguimento da opinião defendida em campanha eleitoral, ou vai manter tal como está.----------Seguiu-se a intervenção de Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PPD/PSD que, começou por referir ter sido prática, nos últimos executivos, atribuir verbas às juntas de freguesia como forma de autonomia e descentralização. Quis saber se vão continuar a serem celebrados tais protocolos. Por fim, questionou se, neste mandato, vai ser regulamentada a atribuição de subsídios às associações do concelho.--------Usou da palavra Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS, para dizer que é prática do Partido Socialista, desde que está no poder há 42 anos, celebrar protocolos com as Juntas de Freguesia. Disse acreditar que assim continuará a ser. Fez uma pequena referência à intervenção de José Manuel Martins Ribeiro dizendo que



Mind Minde

cada um tem a sua forma de fazer política e que o anterior executivo e, nomeadamente, o anterior Presidente da Câmara teve a sua. Afirmou que não lhe parecia que tivesse estado mal na sua forma de fazer política porque ganhou as eleições. Reforçou a ideia de que, com esta vitória, a população de Fafe estava satisfeita com aquela forma de fazer política e com o Partido Socialista. Quanto ao processo do cantor referiu que, para além do resultado do processo interno da Câmara, interessava de igual forma o processo que segue trâmites no Ministério Publico. Terminou dizendo que em tudo o resto concordava com a sua intervenção.----------Usou da palavra o Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Começou por felicitar os eleitos e desejou a todos um bom trabalho em prol do desenvolvimento do concelho. Demonstrou, ainda, total disponibilidade do executivo para prestar os esclarecimentos e informações que a Assembleia e os seus membros entendessem necessários. Acrescentou que agradece todos os contributos que possam ser dados, ao longo do mandato, com vista ao desenvolvimento do concelho, referindo que foi para esse fim que todos foram eleitos. Quanto às questões colocadas, informou que ainda não teve tempo de se inteirar de todas as situações e, que, por isso, poderão alguns reparos não terem a resposta que desejariam, no entanto, deixou a garantia de futuramente prestar todas as informações necessárias. Contudo, respondeu de uma forma breve às questões colocadas.------Relativamente à questão demográfica referiu que se tratava de um problema sério e de resposta complexa e que estava disponível para acolher propostas;-------Quanto ao saneamento considerou tratar-se de um assunto que merecia toda a atenção do executivo e que futuramente prestaria informação mais detalhada. Adiantou que, na próxima reunião do executivo, em sede de discussão do orçamento, será discutido o investimento que irá ser efetuado e as eventuais candidaturas para apoio a esse investimento;-------Relativamente à transição digital informou que, no primeiro trimestre do próximo ano, será dado conhecimento da estratégia tomada pelo executivo para essa transição;------Sobre o Bairro da Cumieira referiu que as obras nos edifícios estão concluídas e os arranjos exteriores a decorrer. Informou que estava a ser ultimado o regulamento para atribuição dos apartamentos da Câmara que se encontravam vagos. Informou, ainda,



Wiscond Windows

que no início do próximo ano esperava ter o plano estratégico de habitação para o concelho de Fafe pronto e assim saber quais as reais necessidades a nível da habitação. -Quanto às preocupações com a saúde referiu que também as partilha e deu conta do pedido de reunião com a ARSNorte para tratar de todas essas questões. Informou que, do diálogo já estabelecido, lhe foi referido que não havia nenhuma indicação para o encerramento das extensões de saúde de Regadas e Travassós e, que, o seu normal funcionamento iria ser retomado, em princípio, no início do mês de janeiro;-------Sobre a iluminação pública, do centro da cidade, referiu que a mesma já foi reforçada;-- Sobre o passeio, no Parque da Cidade, informou que o Senhor Vereador Dr. Parcídio Summavielle iria verificar a situação;------- Agradeceu a intervenção do membro desta Assembleia, de José Manuel Martins Ribeiro, dizendo que a transparência, também, era uma das suas preocupações e, que estava disponível para se encontrarem os canais que se entendessem necessários para fornecer a informação quer aos lideres parlamentares quer, individualmente, aos membros da Assembleia. Informou, ainda, que não teve tempo de ver todos os assuntos e, um deles, era o inquérito do Carlos Pires. Comprometeu-se a trazer na próxima sessão informação sobre o assunto;------Sobre o tarifário dos resíduos reconheceu ser um problema dos municípios com as receitas arrecadadas do serviço prestado, e as despesas com esse serviço que ultrapassam o valor da receita arrecadada. Informou que todos os organismos, nomeadamente, a ERSAR pressionam os municípios a equilibrar este défice. Informou que, tal como o ano passado, o Município entendeu manter o tarifário. Explicou que o aumento do preço no tratamento está relacionado com o facto da Resinorte ter o monopólio. Informou, ainda, que na próxima assembleia trará uma tomada de posição, dos vários municípios, que fazem parte da Resinorte, enviada ao governo demonstrando esta preocupação comum;------Relativamente ao estacionamento da rua dos Bombeiros e avenida do Brasil referiu que iria ser analisada a situação;-------Quanto aos buracos na circular informou que a responsabilidade de manutenção daquela via era do IP e que iria a situação ser comunicada aquela entidade;------



nhum que

-No que diz respeito aos subsidios informou que não será atribuído mais nenhum que
não seja com base no regulamento que irá, em breve, ser enviado ao executivo para
aprovação;
-Relativamente aos campos de ténis informou que irá ser regulamentado, não só para
estes, mas para todos os equipamentos públicos o seu funcionamento e forma de
utilização;
-Quanto aos passadiços informou que mantinha a mesma posição. Explicou que, no
entanto, dado ter sido uma obra financiada teria de ser concluída de acordo com o
projeto que estava previsto no financiamento e que, assim, a obra foi concluída.
Contudo, referiu que não via nenhum problema em alterar se tivesse que ser alterado
futuramente;futuramente
-Relativamente aos protocolos com as Juntas de Freguesia informou que serão para
manter e, se possível, com reforço de verbas;
-Por fim, quanto às transmissões das reuniões do executivo disse que as mesmas já são
públicas e com a presença dos jornalistas a quem é facultada toda a informação;
Pelo Presidente da Mesa foi dito que quanto à transmissão das sessões da
Assembleia, a mesa acataria e cumpriria o que a Assembleia decidisse
Entrou-se no Período da ORDEM DO DIA
Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente
da Câmara acerca da atividade municipal
Usou da palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, para colocar
algumas questões:
-sobre a substituição de coberturas de fibrocimento em diversas escolas quis saber
quantas escolas ainda têm este tipo de coberturas e, em caso afirmativo, para quando
estava prevista a sua substituição
-Congratulou-se com a finalização das obras de adaptação para a instalação da sala de
audiências e da secretaria do Tribunal
-Quanto ao pavilhão desportivo da Escola Prof. Carlos Teixeira, disse não percebe
como é que se fazia a requalificação de uma escola e não se incluía a requalificação do
pavilhão desportivo, até pela importância que tem a prática de desporto escolar
Perguntou se os os alunos estavam a ter as aulas de Educação Física e, em caso



portive da

afirmativo, em que local. Fez a mesma pergunta quanto ao pavilhão desportivo da Escola Secundária e para quando é que estava prevista a sua requalificação.------Quis também saber o motivo que levou à suspensão da obra de retificação e pavimentação da Rua 25 de abril, em Serafão.------Fez uma breve explanação sobre os lanches, a fruta e as refeições disponibilizados aos alunos nas escolas e as queixas, da comunidade escolar, das cantinas relativas à falta de qualidade e até, por vezes de quantidade naquilo que lhes era servido. Referiu que, no entender do PCP-PEV, se as cantinas fossem públicas, poderiam escolher-se e adquirirse os produtos aos produtores locais e a comunidade escolar ficaria melhor servida, consumindo produtos de melhor qualidade e dinamizava-se a economia local. Sobre o assunto questionou o Presidente da Câmara se estaria disposto a assumir a gestão das cantinas e contribuir para a melhor alimentação das crianças;------Falou sobre as salas de aula do futuro e quis saber quem assegurava o seu funcionamento, lembrando que a Câmara tem vindo a contratar, há anos, sempre os mesmos prestadores com um Contrato de Prestação de Serviços, não lhe parecendo muito transparente todo esse processo e muito menos justo.-----Por fim, relativamente à execução orçamental referiu que, mais uma vez, a promessa e previsões não eram concretizadas.------------Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder. Começou por referir que, de acordo com a informação que lhe foi dada, a substituição das coberturas de fibrocimento estava concluída. Relativamente ao pavilhão da Escola Professor Carlos Teixeira referiu que o mesmo não estava incluído no processo de reabilitação da escola. Informou que o processo estava em fase de análise de propostas e que o seu desejo é que a obra começasse em breve. Entretanto, informou, que foi colocada uma tenda para as crianças terem educação física. Quanto ao pavilhão da Escola Secundária disse que não tinha nenhuma informação sobre o assunto, mas que iria fazer pressão junto do governo para que a obra se iniciasse o mais rápido possível.-----------A Assembleia tomou conhecimento.-----A -----Ponto dois ponto dois – Apreciação e Votação de Proposta de Projeto de Regulamento do Centro Coordenador de Transportes.-----



eçou por

-----Pediu a palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha que começou por referir que o Regulamento da União Europeia n.º 181/2011, de 16 de fevereiro, não estava a ser cumprido, nomeadamente, no que respeita aos direitos dos passageiros no transporte de autocarro, e às regras que estabelece para transporte de autocarro no que respeita aos direitos dos passageiros, designadamente, à não discriminação e assistência obrigatória às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzida. Referiu que, no decorrer da consulta pública, pelo IMT foi feita uma sugestão neste âmbito, e que o Município terá referido que o cumprimento dos normativos previstos no Regulamento (EU) n.º 181/2011, de 16 de fevereiro seriam naturalmente salvaguardados. Realçou, no entanto, que numa visita ao Centro de Coordenação e Transporte, poderia verificar-se que tais normas não estavam salvaguardadas, designadamente no acesso através das rampas, dado que as existentes estão degradadas ou não permitem o acesso. Referiu, ainda, que no exterior, apesar de necessário, nada foi feito, não se encontrando salvaguardados os direitos dos passageiros, em geral, e dos que tenham mobilidade reduzida ou deficiência, em particular. Assinalou, ainda que o cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 14.º, do citado Regulamento (EU), não está cumprido, considerando que não basta dizer na Proposta de Regulamento que "estão garantidas no essencial as regras a respeitar" mas que as mesmas devem-se concretizar. Realçou que, no seu entender, a criação de um regulamento não pode ser só para cumprir formalidades legais e que a Câmara tem de criar condições e cumprir o Regulamento que será aprovado. Fez ainda referência ao défice de funcionários que prestam lá serviços e à idade de alguns autocarros. Terminou dizendo que votaria a favor por considerar que algumas das regras são necessárias.-----------De seguida usou da palavra José Manuel Martins Ribeiro para sugerir a alteração da redação do artigo 29, n.º 2 e n.º 4, onde diz nomeadamente, no n.º 2 "...pode ser publicitada.." passar a constar "deve ser publicitada" e no n.º 4 onde refere "..será tramitado integralmente por via eletrónica..." sugere outras possibilidades.----------Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que acolheu as sugestões da alteração proposta pelo membro José Manuel Martins Ribeiro. Quanto à intervenção de Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha referiu que caso hajam verbas disponíveis



esportes,

serao eletuados memoramentos no centro de coordenação de mansportes,
nomeadamente, nas rampas
Como mais ninguém quis intervir foi colocada a proposta de regulamento a
votação tendo sido <i>Aprovada, por unanimida</i> de
Ponto dois ponto três - Apreciação e Votação de Proposta de Projeto
Regulamentar de Concessão de Incentivos ao Investimento e Empreendedorismo no
Município de Fafe
Pediu a palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha para fazer uma crítica
ao regulamento em discussão que, na sua opinião, é principalmente dirigido a
empresas com grande volume de negócios do ramo industrial. Deu vários exemplos de
pequenas e média empresas que não terão qualquer benefício e que, por isso, votaria
contra
Colocada a votação a mesma foi <i>Aprovada, por maioria, com um voto contra.</i>
Ponto dois ponto quatro - Apreciação e Votação da Proposta de fixação da
participação variável do IRS de 2022, receita a arrecadar em 2023
Usou da palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha para dizer que o
Estado Central tem as condições necessárias para baixar o IRS, se assim o entender,
sem usar o orçamento do Município para o fazer. Referiu, ainda que não lhes parece
correto baixar o IRS à custa dos recursos das autarquias. Reforçou que é uma medida
que beneficia as pessoas que têm rendimentos mais elevados, em prejuízo de utilizar a
receita em prol dos mais necessitados
Colocada a votação, a proposta foi Aprovada, por maioria, com um voto
contra
Ponto dois ponto cinco - Apreciação e Votação da Proposta de fixação de Taxas
do Imposto Municipal sobre Imóveis a vigorar para 2021 e a cobrar em 2022
Usou da palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha começando por
referir que, o Município, novamente, estava a abdicar de receitas como se não
precisasse e, na sua opinião, com esta medida beneficiava os contribuintes com maior
património imobiliário. Quanto ao IMI familiar, referiu que rejeitam-no, por entender
que se trata de um benefício que não considera as condições económico-sociais dos



agregados familiares, e que é aplicável apenas consoante o número de dependentes, de forma cega e injusta. Referiu, ainda, que existe uma incoerência, quando na Assembleia da República recusam apoios às famílias dado que, na sua opinião, se houve interesse em apoiá-las aumentariam o abono de família. Finalizou, dando o exemplo de uma família numerosa, que viva numa casa arrendada, que não terá qualquer benefício com esta proposta, pelo que informou que iria votar contra esta proposta.----------Colocada a votação, a proposta foi Aprovada, por maioria, com um voto contra.----------Ponto dois ponto seis - Apreciação e Votação da Proposta de Fixação da Taxa de Derrama para o exercício de 2021, receita a cobrar em 2022.----------Usou da palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha para referir que, mais uma vez, o Município estava a abdicar de verbas para beneficiar os que mais têm. Deu o exemplo do benefício que uma empresa terá com esta redução, considerando que não será por falta desse benefício que a empresa não se fixa no concelho. Considerou que a câmara deveria preocupar-se em criar zonas industriais com condições e não deixá-las ao abandono. Terminou referindo que Guimarães, com muito mais indústria que Fafe, tem uma taxa de Derrama de 1,5% e que as empresas que lá estão não vêm para Fafe por causa da percentagem da Derrama e que, por isso, votará contra esta proposta.----------Colocada a votação foi a proposta Aprovada, por maioria, com um voto contra.----------Ponto dois ponto sete - Apreciação e votação de Proposta de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita no Lugar do Socorro, na freguesia de S. -----Usou da palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha para dar conta que passa na zona da parcela de terreno a desafetar com alguma frequência, e que não entende a oportunidade desta discussão e votação, uma vez que a empresa a quem se pretende alienar esta parcela de terreno, já dela tomou posse, impedindo a passagem para um terreno que neste momento ainda era público. Ironizou dizendo que, certamente, tomaram posse pensando que seria um terreno sem dono dado o seu



estado de abandono e sem cuidados. Referiu que não podia ser ignorado porque era pedida a desafetação desta parcela de terreno, nem ser ignorado o preço proposto de alienação, referindo que não entende que uma empresa que irá fazer um investimento de 50 milhões de euros, e que tem um volume de negócios de 500 milhões de euros, tenha necessidade de um desconto e não possa pagar pela referida parcela de terreno, pelo menos, o valor que sustentou a aquisição de solos florestais para a execução do Nó de Arões e que tenha um desconto de cerca de de 4 000 euros. Finalizou dizendo que votará contra esta proposta.-------------De seguida pediu a palavra José Manuel Martins Ribeiro começando por dizer que votaria a favor da desafetação da parcela, esclarecendo que era a desafetação que estava em discussão e votação da Assembleia. No entanto, quanto ao preço de venda considerou, tal como a intervenção anterior, o preço baixo.-----------Colocada a votação foi Aprovada a desafetação, por maioria, com um voto contrg.----------Ponto dois ponto oito - Apreciação e Votação de Proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Socorro.----------Usou da palavra Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha para referir que, tal como a proposta anterior, considerava a apreciação e votação desta proposta extemporânea parecendo-lhe, até, uma afronta à Assembleia e ao Poder Local Democrático, referindo que a obra já estava em execução e esta proposta pretendia legalizar uma obra iniciada ilegalmente e não fiscalizada como devia, no seu entender, pela Câmara Municipal. Finalizou referindo que não lhe restava outra alternativa que não seja votar contra.-----------Colocada a votação foi a proposta Aprovada, por maioria, com um voto contra.----------Ponto dois ponto nove - Apreciação e Votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Fafe 2021-2030.-----------Apresentou a proposta o Presidente da Câmara.----------Como ninguém quis intervir foi a proposta colocada a votação, tendo sido Aprovada, por maioria, com uma abstenção.----------Ponto dois ponto dez - Eleição de quatro representantes e respetivos suplentes



The form

para a Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave;
Efetuada a votação, por escrutínio secreto:Efetuada a votação, por escrutínio secreto:
A Assembleia aprovou, por maioria, com 22 votos a favor, uma abstenção e
um voto contra, a seguinte lista:
Efetivos: Manuel Armando Salgado Santos, Armindo Manuel Tavares Fernandes,
Bruno Manuel da Silva Oliveira e Nuno Vasco Moreira Lopes; Suplentes: Anabela
Cunha Martins, Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira, Pedro Nuno Bastos Freitas
e Ricardo Lobo Matos Soares Fernandes
Ponto dois ponto onze - Eleição de quatro representantes e respetivos
suplentes para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
Efetuada a votação, por escrutínio secreto:
A Assembleia aprovou, por maioria, com 41 votos a favor, quatro abstenção, um voto
contra e dois votos nulos, a seguinte lista:
Efetivos: Ânia Maria Magalhães Teixeira, Anabela Cunha Martins, António Sousa
Abreu e Ricardo Jorge Alves Fernandes; Suplentes: Joaquim Magalhães, Maria José
Pereira Gonçalves; Ricardo Lobo Matos Soares Fernandes e Cláudia Sofia Pereira
Castro;
Ponto dois ponto doze - Pelo Presidente da Mesa foi solicitado a retirado deste
ponto da agenda tendo a Assembleia concordado
Ponto dois ponto treze - Eleição de um Presidente de Junta em representação
das freguesias do concelho para o Comissão Municipal de Proteção Civil;
Efetuada a votação, por escrutínio secreto:
A Assembleia aprovou, por maioria, com 38 votos a favor, dois votos contra e oito
votos brancos, a seguinte lista:
Efetivo: Presidente da Junta da União de Freguesias de Agrela e Serafão, Artur Neves
e suplente Presidente da Junta de Freguesia de Paços, Joaquim Barbosa
Ponto dois ponto catorze - Eleição do um Presidente de Junta e seu substituto
para participação no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios
Portugueses;
Efetuada a votação, por escrutínio secreto:
A Assembleia aprovou, por maioria, com 40 votos a favor, seis votos brancos e dois



Freaudo

votos nulos a seguinte lista:
Efetivo: Presidente da Junta de Freguesia de Golães Manuela Jordão, suplente
Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina, Manuel Nobre
Ponto dois ponto quinze - Eleição do representante da Assembleia Municipal,
no Conselho da Comunidade do ACES do Alto Ave;
Efetuada a votação, por escrutínio secreto:
A Assembleia aprovou, por maioria, com 37 votos a favor, um voto contra oito votos
brancos, dois votos nulos a seguinte lista:
Efetivo: Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, suplente Carlos José Santos
Cunha
Ponto dois ponto dezasseis - Eleição de um Presidente de Junta em
representação das freguesias do concelho para o Conselho Municipal de
Educação:
Efetuada a votação, por escrutínio secreto, foram eleitos com 36 votos:
Efetivo: Presidente de Junta da União de Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões,
Lurdes Freitas, suplente Presidente de Junta de Freguesia de Golães, Manuela
A Assembleia aprovou, por maioria, com 36 votos a favor, oito votos brancos, três
votos nulos e um voto contra a seguinte lista:
Efetivo: Presidente de Junta da União de Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões,
Lurdes Freitas, suplente Presidente de Junta de Freguesia de Golães, Manuela
Jordão
Ponto dois ponto dezassete - Indicação de um membro de cada partido ou
grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal para o Conselho
Municipal para a Juventude;
-Foi indicado pelo PS, Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira; Pelo PPD-PSD,
Pedro Manuel Lopes Magalhães; Pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro Por
Fafe Sempre", Rui Manuel Carvalho Ribeiro; Pelo PCP-PEV, Lucas Barros Gonçalves e
pelo Partido CHEGA Gilberto Vítor Cunha Nogueira
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte
e duas horas, do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e um



-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.------

16